**PROCESSO**: **n º** 1206 - 6829/2016

**INTERESSADO:** FÁBIO SILVA CALHEIROS DA ROSA

**ASSUNTO:** Pagamento de Docente

Trata-se de **Processo Administrativo** nº 1206 - 6829/2016, em 01 (um) volume com 40 (quarenta) fls. oriundo do Comando Geral da Polícia Militar, que versa sobre a solicitação de pagamento ao servidor **FÁBIO SILVA CALHEIROS DA ROSA**, no valor de R$5.733,60 (cinco mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), referente a serviços como docente prestados no âmbito do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP deste comando.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

A análise dos autos nº 1206-6829/2016, restringiu-se a instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Chefia de Gabinete (fls. 49).

2.1. Constata-se Sol. N° 317/16 – DT, de lavra do Comandante do CFAP – Ten. Cel. QOC PM Wellington Bittencourt Maranhão de Araújo, datado de 09/11/2016, solicitando providências quanto ao pagamento da despesa em tela (fls. 02).

2.2. Verifica-se cópia do DOE de 04/03/2016, contendo relação dos credenciados nas disciplinas do Curso de Formação Para Praças e transcrito pelo BGO n° 044 de 08/04/2016 (fls. 03/10).

2.3. Observa-se cópia do DOE de 17/10/2016, BGO nº 190 de 18/10/2016 e BGO nº 022 de 02/02/2016, designando o servidor em tela (fls. 11/15).

2.4. Verifica-se cópia do Decreto 29.258 de 19/11/2013, que regulamenta o pagamento de hora trabalhada aos Instrutores das capacitações promovidas pela administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual (fls. 16/17).

2.5. Observa-se que foram juntados aos autos, certificados de conclusões de cursos, cópias de documentos pessoais, ficha de cadastro do docente (fls. 18/20).

2.6. Verifica-se Despacho da Gerente de Contabilidade tramitando para o Diretor de Finanças da corporação para tomar as providências necessárias (fls. 22).

2.7. As fls. 23, constata-se o Comandante Geral da Policia Militar autorizando a confecção da Nota de Empenho e providências subseqüentes.

2.8. Constata-se Nota de Empenho 2016NE02071, datado de 23/12/2016, no valor de R$5.733,60 (cinco mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos) (fls.24).

2.9. Verifica-se BGOS n°s 226 de 14/12/2016, 011 de 17/01/2016, 229 de 19/12/2016, 034 de 17/02/2017 e 059 de 30/03/2017, e, contendo a quantidade total de horas-aulas ministradas pelo docente (fls. 25/32 e 37/38).

2.10. Às fls. 33,35/36, constata-se cópia da Nota Fiscal no valor de R$5.733,60 (cinco mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos) e da guia de recolhimento do imposto sobre serviços prestados - ISS.

2.11. As fls. 39, constata-se informações da dotação orçamentária (2017) por parte do Superintendente do Orçamento e Finanças e o reconhecimento da divida pelo Comando Geral da PM/AL, onde o mesmo encaminha para a Controladoria Geral do Estado – CGE/AL para análise .

2.12. Não foi constatada a justificativa do não pagamento da divida, lista de participantes concluintes e resultado das avaliações aplicadas, conforme determinado pelo Edital e Decreto Estadual.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **DOCUMENTOS** – Que o docente seja notificado para apresentar, relatório das atividades desenvolvidas, lista de frequência ou lista de participantes concluintes, resultado das avaliações aplicadas, conforme determinado pelo Edital e pelo decreto n° 25.212/2013.
2. **VALOR DEVIDO** – Que os cálculos sejam refeitos, apresentando planilha de cálculos onde identifique **as horas-aulas efetivamente ministradas, o valor do menor subsídio ou vencimento da carreira do oficial, o percentual aplicado e o total dos valores a receber, por aulas ministradas e o total geral.**
3. **VALORES DO SUBSÍDIO** – Que sejam apensados aos autos os valores do menor subsídio ou vencimento da carreira do servidor para conferência dos cálculos.
4. **DO NÃO PAGAMENTO** - da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores, em atendimento ao artigo 48, item IV do decreto 51.828/2017.

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada, sugerindo o retorno dos autos a PM/AL, para a solução das pendências processuais apontadas no subitem 3.1 alíneas “*a*” a “*d*”, ato contínuo que seja realizado o pagamento da despesa no valor de R$5.733,60 ( cinco mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

Maceió, 07 de junho de 2017.

Rita de Cássia Araujo Soriano

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 99-0**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**